
GÊNEROS E SEXUALIDADES NOS CURRÍCULOS: INVENÇÕES, RESISTÊNCIAS E PRODUÇÃO DE ALEGRIAS EM UM PROJETO DE FORMAÇÃO DOCENTE¹

GENDER AND SEXUALITY IN THE CURRICULA:
INVENTION, RESISTANCE, AND PRODUCTION OF JOYS
IN A TEACHER EDUCATION PROJECT

GÉNERO Y SEXUALIDAD EN LOS PLANES DE ESTUDIO:
INVENCIÓN, RESISTENCIA Y PRODUCCIÓN DE ALEGRÍAS
EN UN PROYECTO DE FORMACIÓN DE PROFESORES

Shirlei Rezende Sales²

RESUMO

O artigo apresenta um relato de experiência no âmbito da formação docente. Trata-se do registro analítico dos trabalhos desenvolvidos na oferta da disciplina optativa “Gêneros e sexualidades nos currículos”, por dois semestres consecutivos, no curso de graduação em Pedagogia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). A disciplina também integrou o quadro de ofertas da Formação Transversal em Gênero e Sexualidade – Perspectivas Queer/LGBTI. O objetivo geral foi proporcionar uma formação consistente em temas da maior relevância social como gênero e sexualidade. Diante de um cenário de persistentes desigualdades, a escola é convocada a incluir nos currículos da educação básica tais conteúdos. No entanto, a despeito de toda luta dos movimentos sociais e das denúncias feitas por pesquisadoras/es da área, tais temas frequentemente são negligenciados na escola. Isso se fez ainda mais intenso com o atual processo de ofensiva antigênero e sexualidade protagonizado por setores reacionários da sociedade, especialmente aqueles em torno da Associação Escola Sem Partido. O formato planejado articulou atividades de ensino e pesquisa, sistematização e divulgação, em estreita articulação com a pós-graduação. O projeto foi desenvolvido por meio da metodologia de elaboração de um portfólio digital, posteriormente compartilhado no blog da professora. Essa escolha metodológica propiciou um intenso processo reflexivo sobre as atividades realizadas. Como resultado, as aprendizagens construídas produziram alegria, mostrando-se significativas e transformadoras.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero. Sexualidade. Currículo. Formação Docente.

¹ A revisão gramatical deste texto foi realizada com recursos CAPES/PROEX, por meio do Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGE/FaE/UFMG).

² Doutora em Educação - Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) - Belo Horizonte, MG - Brasil. Pós-doutora - University of Illinois at Urbana-Champaign, USA. Professora do Programa de Pós-Graduação - Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) - Belo Horizonte, MG - Brasil. **E-mail:** shirlei.sales@hotmail.com

Submetido em: 07/04/2021 - **Aceito em:** 23/03/2022 - **Publicado em:** 19/07/2023

ABSTRACT

This article presents an experience report on teacher education. It is an analytical register of the work developed during the teaching of the optional subject "Gender and sexuality in the curricula" for two consecutive semesters in the Pedagogy undergraduate course in UFMG. The subject was also part of the Transversal Training in Gender and Sexuality - Queer/LGBTI Perspectives. The overall goal was to provide consistent training on issues of great social relevance such as gender and sexuality. Facing a scenario of persistent inequalities, the school is called to include such content in the basic education curricula. However, despite all the struggles of social movements and complaints of researchers in the field, these themes are often neglected in school. This has become even more intense with the current anti-gender and sexuality offensive led by reactionary sectors of our society, especially those around the "Associação Escola Sem Partido" (School Without a Party Association). The planned format articulated teaching activities and also research systematization, and dissemination, in close articulation with post-graduate studies. The project was developed through the methodology of creating a digital portfolio, later shared on the teacher's blog. This methodological choice led to an intense reflective process about the activities carried out. As a result, the lessons learned produced joy and were meaningful and transformative.

KEYWORDS: Gender. Sexuality. Curriculum. Teacher Education.

RESUMEN

Este artículo presenta un informe de experiencia sobre la formación de profesores. Es un registro analítico del trabajo desarrollado en la oferta de la disciplina optativa "Género y sexualidades en los planes de estudio" durante dos semestres consecutivos en el curso de licenciatura de Pedagogía. El tema también formó parte de la Formación Transversal en Género y Sexualidad - Perspectivas Queer/LGBTI. El objetivo general era proporcionar una formación coherente sobre los temas de mayor relevancia social, como el género y la sexualidad. Ante un escenario de desigualdades persistentes, se pide a las escuelas que incluyan estos contenidos en los currículos de la educación básica. Sin embargo, a pesar de toda la lucha de los movimientos sociales y de las denuncias realizadas por los investigadores del área, estos temas suelen ser descuidados en la escuela. Esto se ha intensificado aún más con la actual ofensiva antigénero y sexualidad dirigida por sectores reaccionarios de la sociedad, especialmente los que rodean a la Asociación Escuela sin Partido. El formato previsto articulaba las actividades de docencia y también las de investigación, sistematización y difusión, en estrecha coordinación con el posgrado. El proyecto se desarrolló a través de la metodología de elaboración de un portafolio digital, posteriormente compartido en el blog del profesor. Esta elección metodológica condujo a un intenso proceso de reflexión sobre las actividades realizadas. Como resultado, el aprendizaje produjo alegría, y resultó ser significativo y transformador.

PALAVRAS-CLAVE: Género. La sexualidad. Plan de estudios. Formación del professorado

1 INTRODUÇÃO: A IMPORTÂNCIA DO PROJETO

Observamos cotidianamente importantes avanços no que diz respeito à igualdade entre mulheres e homens, assim como à construção de relações mais respeitadas em sociedade. Podemos elencar algumas conquistas mais antigas, como o direito das mulheres ao voto e à propriedade, até algumas mais recentes, como a possibilidade de ocupação de profissões antes atribuídas exclusivamente aos homens. A defesa da saúde, integridade e proteção das mulheres tem sido respaldada por legislações e órgãos específicos, como a

importantíssima Lei Maria da Penha³, assim como a criação de Delegacias de Defesa da Mulher. Essas conquistas precisam ser visibilizadas, reconhecidas e valorizadas a fim de que possam ser multiplicadas e garantidas. Afinal, elas ainda se encontram sob perigosas ameaças. Infelizmente, até hoje, enfrentamos um estado de nefastas e persistentes injustiças e violência. Segundo as estatísticas do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em 2018, foram registrados 66.041 casos de violência sexual, sendo 81,8% das vítimas do sexo feminino. Um assustador número de 180 estupros foi cometido a cada dia naquele ano. A cada hora, quatro meninas de até 13 anos de idade foram estupradas. O feminicídio causou 1.206 mortes, sendo 88,8% das mulheres vitimadas pelo próprio “companheiro” ou “ex-companheiro”. Foram 263.067 casos de violência doméstica com um novo registro a cada dois minutos⁴. Esse cenário cruel e inaceitável pode ser contabilizado e exposto nos “relógios da violência” no Brasil e no mundo, disponíveis no site do Instituto Maria da Penha⁵.

Quanto à população LGBTQIA+, os dados sobre a violência são estarrecedores. Segundo o “Dossiê assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras”, elaborado pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), no ano de 2021, o país registrou um aumento de 141% no número de assassinatos de pessoas trans, em relação a 2008. O país lidera o ranking mundial de mortes de LGBTQIA+. “A cada 10 assassinatos de pessoas trans no mundo, quatro ocorreram no Brasil” (BENEVIDES, 2022, p. 71).

Diante de um quadro de persistentes desigualdades de gênero e sexualidade, bem como de violências cruéis com danosos índices de feminicídio, estupro, assédio e também homofobia e transfobia, a escola é convocada a formar, por meio das práticas curriculares, sujeitos melhor preparados para enfrentar esses graves problemas, bem como para superá-los e construir uma sociedade mais justa. Essas questões justificam, em primeiro lugar, a proposta do curso “Gêneros, sexualidades nos currículos” aqui sistematizada.

³ Lei nº 11.340, de 2006, a qual “cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher”. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm Acesso em: 08 mai. 2020.

⁴ Disponível em: <http://forumseguranca.org.br/estatistica-2/> Acesso em: 08 mai. 2020.

⁵ Disponível em: <http://www.institutomariadapenha.org.br/> Acesso em: 08 mai. 2020.

Outra justificativa advém das pesquisas científicas que denunciam a ainda tímida presença dessas temáticas nos currículos escolares, a despeito de toda demanda social como discutido acima⁶. Talvez as/os professoras/es da educação básica não se encorajem a abordá-las em sala de aula, por conta de sua deficitária formação inicial nesses temas. Diante disso, o curso “Gêneros e sexualidades nos currículos” pretendeu ofertar uma consistente formação docente a fim de possibilitar que esses conteúdos sejam incluídos nos currículos da educação básica e, com isso, contribuir para a superação das desigualdades e injustiças sexuais e de gênero.

Por fim, a oferta do curso aqui descrito vem atender à parte das normativas que regulam a formação docente no Brasil. Refiro-me aqui, especificamente, à Resolução nº 2, de 2019, do Conselho Nacional de Educação (CNE), a qual define as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Em seu Artigo 8º, dispõe sobre os fundamentos pedagógicos dos cursos de formação e, no inciso VIII, as DCNs prescrevem “o compromisso com a educação integral dos professores em formação, visando à constituição de conhecimentos, de competências, de habilidades, de valores e de formas de conduta que respeitem e **valorizem a diversidade**, os direitos humanos, a democracia e a pluralidade de ideias e de concepções pedagógicas” (BRASIL, 2019, grifos meus).

No anexo BNC-Formação, são listadas as competências gerais docentes, sendo a nona delas assim descrita:

Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza, para promover ambiente colaborativo nos locais de aprendizagem (BRASIL, 2019, grifos meus).

Toda essa normativa, mais o desejo de inventar possíveis – fissuras nas estruturas que tentam aprisionar e ordenar a vida (FARIA; GOMES, 2020) – com afetos alegres, buscando brechas para resistir à ofensiva antigênero em curso no país, justificam, portanto, a realização do projeto formativo “Gêneros e sexualidades nos currículos”, conforme aqui descrito.

⁶ Algumas dessas pesquisas podem ser vistas em: Giovannetti; Sales (2020); Dal’igna; Klein; Meyer (2016). Outras investigações podem ser conferidas nas seguintes organizações: Paraíso; Caldeira (2018); Macedo; Ranniery (2017). Outras relevantes produções encontram-se divulgadas na plataforma eletrônica do Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero – GEERGE, disponível em: <https://www.ufrgs.br/geerge/> Acesso em: 04 abr. 2022.

2 CONTEXTO EM QUE O PROJETO ESTÁ INSERIDO

O projeto aqui sistematizado consiste na oferta da disciplina “Gêneros e sexualidades nos currículos”, com carga horária de 60h, por dois semestres consecutivos, como disciplina optativa do curso de graduação em Pedagogia. Além das/os alunas/os matriculadas/os regularmente no curso, poderiam se inscrever estudantes de quaisquer outros cursos da universidade, na modalidade “disciplina eletiva”, bem como demais interessadas/os que eventualmente não possuíssem vínculo formal com a instituição, mas que procurassem cursar disciplinas na modalidade “isolada”. Além disso, na segunda oferta, a disciplina integrou o quadro de ofertas da Formação Transversal em Gênero e Sexualidade – Perspectivas Queer/LGBTI. As Formações Transversais são ofertadas pela UFMG na categoria denominada “Disciplinas Especiais”. De acordo com informações disponíveis no site da universidade, “as Formações Transversais são atividades acadêmicas que abordam temáticas de interesse geral visando incentivar a formação de espírito crítico e proporcionar visão aprofundada em relação às grandes questões do país e da humanidade”⁷.

Essa abertura ampla ao público da universidade possibilitou que o trabalho pedagógico desenvolvido oportunizasse a convivência e o compartilhamento de diferentes experiências formativas de estudantes advindas/os dos mais diversificados cursos. Conviveram nas turmas alunas/os do curso de Pedagogia, bem como da Letras, da Antropologia, da Química, da Medicina e da História. No total, foram onze graduandas/os matriculadas/os no primeiro semestre de 2018 e dez no semestre seguinte. Além disso, como atividade de Estágio docente do currículo da Pós-Graduação em Educação, participaram da turma da segunda oferta uma mestrande e um mestrando. É importante registrar, ainda, o suporte fundamental de uma monitora de graduação, a qual atuou nas duas edições do curso. Ela detinha amplos conhecimentos acerca dos recursos tecnológicos e das potencialidades do ciberespaço. Sua participação foi crucial e viabilizou a realização de grande parte das atividades do projeto.

O objetivo geral foi proporcionar uma formação consistente em temas da maior relevância social como gênero e sexualidade. A importância dessas temáticas insere-se na luta contra as persistentes desigualdades e injustiças de todo tipo. Diante desse cenário, a escola é convocada a incluir nos currículos da educação básica tais conteúdos. No entanto, a despeito de toda luta dos movimentos sociais e das denúncias de pesquisadoras/es da área, tais temas frequentemente são negligenciados na escola. Isso se fez ainda mais intensivo com todo o atual processo de ofensiva antigênero e sexualidade protagonizado por setores reacionários da sociedade, especialmente aqueles organizados em torno da Associação Escola

⁷ Disponível em: <https://ufmg.br/vida-academica/formacoes>. Acesso em: 06 mai. 2020.

Sem Partido (PARAÍSO, 2016; MACEDO, 2018). Os efeitos disso já podem ser sentidos nos documentos oficiais que normatizam os currículos da escola básica. Um exemplo nefasto é a redução drástica das temáticas de gênero e sexualidade na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Na versão da BNCC aprovada em 2018, gênero e sexualidade são mencionados uma única vez, dentre as 154 páginas destinadas ao Ensino Médio (SALES; WILLIS, 2020; DUARTE; REIS; CORREA; SALES, 2020; GIOVANNETTI; SALES, 2020).

Diante desses embates e a fim de garantir uma formação docente que subsidie as/os professoras/es ao trabalho responsável, ético e comprometido com a justiça social, foi desenvolvido um projeto formativo por meio da disciplina “Gêneros e sexualidades nos currículos”. O formato planejado incluiu atividades de ensino e também de pesquisa, sistematização e divulgação, em estreita articulação com a pós-graduação.

O contexto político recente, em que temos os direitos humanos frontalmente ameaçados, foi, portanto, um dos grandes mobilizadores para a elaboração do projeto formativo aqui sistematizado. Sua divulgação integra as estratégias políticas de enfrentamento do persistente quadro de desigualdades. Espero que os trabalhos realizados possam se multiplicar, encorajando práticas docentes comprometidas com a construção de um mundo mais justo.

3 OBJETIVOS

O curso “Gêneros e sexualidades nos currículos” foi desenvolvido em torno da seguinte ementa:

Ementa: *Relações de gênero e sexualidade no currículo. Teorias de gênero. Relações entre gênero e sexualidade. Preconceitos, discriminações e desigualdades de gênero e sexualidade no currículo. Sociedade contemporânea e pós-gênero.*

A partir dela, foram elaborados os seguintes objetivos:

1. Experienciar elementos de um pós-curriculo;
2. Desenvolver uma postura investigativa e reflexiva (ver, ouvir, registrar, interagir, compartilhar);
3. Definir conceitualmente gênero, sexualidade e currículo;
4. Analisar as dimensões políticas envolvendo gênero, sexualidade e currículo;
5. Discutir os efeitos do projeto Escola sem Partido;
6. Conhecer as especificidades do feminismo negro e islâmico;

7. Conhecer e discutir algumas pesquisas científicas, realizadas na Faculdade de Educação - FaE, sobre as temáticas de gênero, sexualidade e currículo;
8. Analisar as potencialidades de diferentes artefatos culturais para a discussão curricular das questões de gênero e sexualidade;
9. Refletir sobre a formação docente, gênero, sexualidade e currículo.

3. 1 Conteúdos curriculares

Os conteúdos curriculares foram organizados em quatro unidades descritas no plano de curso, conforme a seguir:

UNIDADE I: O currículo como sistema de regulação generificado

UNIDADE II: Teoria *Queer*

UNIDADE III: Pesquisas sobre gênero e sexualidade no currículo

UNIDADE IV: Formação docente e as possibilidades inventivas

Os conteúdos curriculares foram trabalhados em estreita consonância com a proposta formativa de intensa e permanente reflexão do processo vivido. Eles estavam ainda vinculados às atividades avaliativas, as quais serão sistematizadas adiante.

Iniciamos o trabalho conceitual, a partir das provocações acerca dos efeitos discursivos dos clássicos contos de fada. Analisamos as formas limitadoras como as meninas e mulheres são ali representadas. Para isso, lemos, em sala, o livro “Cinderela mudou de ideia” (SALAMERO, 2010), o qual se autointitula como “um conto para mulheres modernas”. A partir dessa obra e com o suporte do artigo científico “‘E a bela dançou...’: subvertendo o belo feminino dos contos de fadas” de Maria Cristina Martins (2016), problematizamos os tipos de feminilidade que são divulgadas nos denominados “clássicos infantis”. Discutimos a narração das figuras femininas prevalentemente subalternas, fúteis, frágeis, dóceis, românticas e objetos da força e desejo masculinos. Ressaltamos as relações de poder em jogo nesse processo discursivo, seus efeitos de verdade em atuação na manutenção de hierarquias e desigualdades de gênero e sexualidade. Em contrapartida, discutimos também as formas emergentes de questionamento dessas representações, como o próprio livro lido em sala e tantos outros que já se encontram disponíveis no mercado editorial. Isso nos leva a argumentar que,

por um lado, a ofensiva antigênero prescreve que a mulher deve ser princesa e coloca em circulação um discurso reacionário que produz modos autorizados de se performar o gênero em conformidade com os contos de fadas tradicionais. Por outro lado, como forma de resistência, alguns contos de fadas contemporâneos tensionam as normas de gênero e acionam o discurso multicultural para re-existirem ao discurso reacionário ao produzirem modos outros de ser princesa (VASCONCELOS; FERREIRA; CALDEIRA; SALES, 2020 a, p. 392).

Essas discussões evidenciaram o quanto o currículo escolar, desde a Educação Infantil, com suas práticas de leitura por exemplo, constitui-se um “sistema de regulação generificado” (DAL’IGNA, KLEIN, MEYER, 2016, p. 476). Afinal, “os conhecimentos inscritos nos currículos, em todos os níveis e modalidades de ensino, estão implicados com a construção de sujeitos particulares – sujeitos de gênero” (DAL’IGNA, KLEIN, MEYER, 2016, p. 470). Esse trabalho analítico mostrou o quanto, no sentido oposto, o currículo pode ser também o espaço de contestação das relações de poder vigentes, por meio da resistência e afirmação da vida (PARAÍSO, 2016). Esse trabalho inicial nos subsidiou para o estudo dos conceitos estruturantes do curso: gênero, sexualidade e currículo.

No projeto formativo aqui sistematizado, operou-se com a definição de gênero como “distintas formas de definir e de viver feminilidades e masculinidades, as quais são construídas no interior de diferentes processos educativos e no âmbito das culturas às quais pertencemos” (DAL’IGNA, KLEIN, MEYER, 2016, p. 476). Em articulação com o conceito de gênero, sexualidade é compreendida como “forma cultural pela qual vivemos nossos afetos, amores, desejos e prazeres corporais” (WEEKS apud BRITZMAN, 1996, p. 76). Já currículo é entendido como um artefato cultural que “está centralmente envolvido naquilo que somos, naquilo que nos tornamos, naquilo que nos tornaremos. O currículo produz, o currículo nos produz” (SILVA, 2001, p. 27). Todo o trabalho de definição conceitual foi desenvolvido em estreita conexão com a análise política, especialmente com o debate em torno do falacioso slogan “ideologia de gênero” (VASCONCELOS; FERREIRA; CALDEIRA; SALES, 2020)⁸.

Ainda no que se refere às potencialidades curriculares de superação das injustas desigualdades de gênero e sexualidade, discutimos os pressupostos da Teoria *Queer* (BUTLER, 2014), seus questionamentos acerca da matriz heteronormativa, a qual autoriza como vivível e inteligível apenas a heterossexualidade. A imposição do padrão heterossexual como único modo possível de sexualidade foi radicalmente tensionado, evidenciando as arbitrariedades do processo de normatização cultural, bem como a exclusão de formas de vida que não se adéquam perfeitamente aos ditames discursivos, os quais prescrevem determinadas condutas como autorizadas e outras como monstruosas. Nesse trabalho analítico, inspiramo-

⁸ Grupos reacionários têm, equivocadamente, nomeado como “ideologia de gênero” as pesquisas sobre gênero, a fim de desqualificá-las, tentando retirar o status científico de tais produções. Essa distorção integra a estratégia política acionada para banir a temática de gênero dos currículos escolares (PARAÍSO, 2016).

nos também nos conteúdos disponibilizados por diferentes artefatos culturais, especialmente os filmes, muitos deles discutidos teoricamente por Louro (2017).

Estudamos, ainda, as especificidades do feminismo negro, bem como do feminismo islâmico. Discutimos suas pautas, enfrentamentos, desafios e conquistas. Nesse ponto do curso, analisamos a relevância de considerarmos as dimensões da interseccionalidade (LEWIS, 2017) na produção das subjetividades, entendendo que raça, gênero, sexualidade e religião se constituem mutuamente, de modo inseparável. Ressalto que esses conteúdos foram acrescentados ao currículo para atender às demandas apresentadas por algumas alunas, por meio do processo analítico estabelecido coletivamente ao longo do curso.

Por fim, discutimos as inúmeras possibilidades curriculares de enfrentamento e de questionamento da ordem social excludente. Analisamos as invenções e as criações curriculares dedicadas a esse trabalho de resistência e de produção de alegria. Essa estratégia pedagógica é extremamente necessária, a fim de dar visibilidade às práticas curriculares que enfrentam os silenciamentos impostos. Isso opera de modo a evidenciar que elas já existem, são possíveis e seus resultados são exitosos. Esse trabalho visa fortalecê-las, ampliá-las e multiplicá-las. Ao mapear e conhecer as experiências curriculares com gênero e sexualidade realizadas nas escolas, as/os professoras/es em formação são inspiradas/os e encorajadas/os a se engajarem nesse importante trabalho educativo. Reiteramos que todos os conteúdos desenvolvidos no curso foram articulados com as atividades de reflexão, pesquisa e sistematização que compuseram o portfólio digital, conforme descrito no tópico de avaliação.

4 METODOLOGIA

Todo o projeto foi desenvolvido por meio da metodologia de elaboração de um portfólio digital. Esse instrumento consiste no conjunto sistematizado e refletido das produções das/os estudantes. Para isso, partiu-se do pressuposto de que “o portfólio reflexivo se inscreve no contexto de uma avaliação formativa pautada no feedback e na interação” (COTTA; COSTA, 2016, p. 171). O recurso do portfólio foi escolhido por incitar “a reflexão sobre o próprio pensamento e o trabalho realizado, o descobrimento dos erros cometidos, a valorização do aprendizado e evolução, a valorização do nível de satisfação pessoal, e a especificação das relações entre as atividades desenvolvidas, outros conteúdos acadêmicos e a vida pessoal ou profissional” (COTTA; COSTA, 2016, p. 181).

Diante das exigências contemporâneas de incorporação das tecnologias digitais nas práticas pedagógicas, nomeado de “imperativo da ciborguização” curricular (SALES, 2014), o portfólio foi sistematizado em um formato digital. Afinal, na contemporaneidade, o uso das tecnologias digitais “é como se fosse uma obrigatoriedade, uma espécie de padrão, de norma

cultural” (SALES, 2014, p. 236). A ciborguização consiste na “composição híbrida entre práticas analógicas e práticas digitais” (SALES; LEAL, 2018, p. 8).

O portfólio digital foi desenvolvido individualmente de acordo com os princípios de registro e reflexão analítica dos processos vividos. A elaboração do portfólio ficava a cargo de cada cursista, sendo-lhe facultada a liberdade de criar a forma mais assertiva e significativa dos registros. Ele foi organizado em quatro atividades básicas, as quais poderiam ser complementadas com os registros pessoais de cada aluna/o. As diretrizes básicas consistiam na sistematização e análise das seguintes atividades: 1) Memorial; 2) Elaboração de um planejamento curricular; 3) Pesquisa; 4) Articulação das atividades e análise final. Cada uma dessas atividades foi realizada em um período específico do curso, com sua respectiva avaliação.

A primeira atividade, o MEMORIAL, deu início aos processos formativos, por meio de uma reflexão orientada acerca do já vivido e que tivesse mobilizado as/os estudantes a se matricularem na disciplina. O objetivo com essa ATIVIDADE 1 foi que o memorial oferecesse subsídios para construir um curso em diálogo constante com a experiência vivida pelas/os estudantes, ou seja, com aquilo que elas/es já sabiam, sentiam e gostariam de aprender sobre gênero, sexualidade e currículo.

É sabido que um memorial detalhado de toda a trajetória pessoal e profissional seria um exercício infundável. Por isso, orientei que fosse narrada, de maneira objetiva, a relação de cada uma/um com as questões de gênero, sexualidade e currículo, enfocando as vivências nos âmbitos cotidianos, escolares e profissionais.

Com o intuito de estabelecer um fio condutor dessa escrita, foram disponibilizadas algumas questões para reflexão, quais sejam:

Como foi seu primeiro (ou os primeiros) contato (s) com as questões de gênero e sexualidade? Foi em qual situação? Quais sensações despertou/despertaram em você? Como é a sua relação com as questões de gênero e sexualidade atualmente? O que mudou nesse caminho/percurso? Como se sente frente às questões de gênero e sexualidade nos dias de hoje? Como você analisa as questões de gênero e sexualidade na escola? Quais são os desafios e perspectivas do ensino das questões de gênero e sexualidade? O que você já sabe sobre gênero e sexualidade no currículo? O que você pode e/ou gostaria de ensinar sobre isso? O que você gostaria de aprender? Quais são suas expectativas em relação a essa disciplina? Qual pergunta/questão mais a(o) mobiliza?

Os memoriais foram publicados pelas/os alunas/os na plataforma *Moodle*, ficaram disponíveis para consulta dos pares e foram apresentados em sala de aula. A partir da discussão e análise coletiva do vivido, elaboramos a questão de pesquisa (ATIVIDADE 3) que cada estudante realizaria ao longo do curso. Essa questão foi respondida por meio de uma pesquisa bibliográfica a qual será melhor descrita posteriormente.

Diante das questões mobilizadoras sistematizadas no memorial, iniciamos o trabalho formativo, por meio de aulas dialogadas, nas quais foram sistematizados conceitos centrais à disciplina, a saber: gênero, sexualidade e currículo. Além desses conceitos-chave, foram discutidos conceitos articulados e derivados, tais como diferença, corpo, heteronormatividade, norma, resistência, relações de poder, cultura, por exemplo.

Esse trabalho foi desenvolvido com o suporte de artigos científicos acerca dessas temáticas, os quais eram digitalizados e disponibilizados no *Moodle*, para proporcionar a leitura prévia da turma. Outra estratégia didática utilizada nesse trabalho formativo foi a exibição do longa-metragem brasileiro “As melhores coisas do mundo”. Para essa atividade curricular, foi solicitada a leitura prévia do ensaio “O inferno é aqui” da pesquisadora Guacira Lopes Louro (2017). Nesse texto, a renomada pesquisadora brasileira das questões de gênero e sexualidade analisa o referido filme. Com base nessa leitura, após assistirmos em sala à obra cinematográfica, discutimos coletivamente as análises acerca das temáticas que o filme suscitava no âmbito escolar. A partir disso, sob a inspiração do trabalho desenvolvido com o longa-metragem, foi solicitado que a turma realizasse a ATIVIDADE 2 do Portfólio. Essa atividade demandava a elaboração de um planejamento curricular em que fosse programada a utilização de um artefato cultural qualquer (filme, vídeo, música, livro, desenho, revista, propaganda etc) para a formação de alunas/os da educação básica. Tais propostas foram sistematizadas, anexadas ao Portfólio digital, compartilhadas e analisadas coletivamente em sala de aula.

Outra estratégia metodológica foi a articulação com pesquisas sobre gênero e sexualidade desenvolvidas no Programa de Pós-Graduação. No primeiro semestre do curso, os resultados de quatro pesquisas recentemente concluídas foram apresentados e discutidos coletivamente com a turma. A primeira foi a pesquisa de doutorado de Luiz Gustavo Silveira, intitulada: “Oportunidades de aprendizagem de Ciências da Natureza: uma análise de interações discursivas e de diferentes dimensões espaço-temporais em sala de aula”. Nessa pesquisa, dentre outros aspectos, o doutorando analisou as discussões sobre gênero e sexualidade, a partir dos embates em uma aula sobre o sexo do Bicho Pau, em uma turma do Ensino Fundamental de uma escola pública. A segunda foi a pesquisa de mestrado de Luiza Silva, cuja dissertação intitula-se: “Currículo da nudez: relações de poder-saber na produção de sexualidade e gênero nas práticas ciberculturais de nude selfie”. Dentre outras questões,

a pesquisa analisa a produção de subjetividades juvenis em meio às complexas relações de gênero e sexualidade no ciberespaço. A terceira pesquisa discutida foi a realizada por Jéssica Aguiar, intitulada: “Existo porque resisto: práticas de re-existência de jovens mulheres aprendizes frente às assimetrias de gênero”. Nesse trabalho, a pesquisadora analisou as relações de gênero e trabalho na vida de participantes do Programa Jovem Aprendiz. A última pesquisa a integrar essa estratégia curricular no curso foi a desenvolvida pela mestranda Aline Ferreira e intitulada: “Currículo em Conexão Com a Cibercultura: a sociabilidade ciborgue e as juventudes no Ensino Médio”. Em um dos capítulos analíticos, a dissertação trouxe a análise das questões de gênero e sexualidade vivenciadas pelas/os jovens no currículo do Ensino Médio.

Na segunda oferta do curso, a turma participou do evento de comunicação científica promovido pelo Observatório da Juventude da UFMG⁹: “Seminário Experiências Juvenis Contemporâneas”. O seminário se propôs a estimular a troca de saberes, a partir das pesquisas desenvolvidas no âmbito do Observatório da Juventude, em articulação com os projetos de extensão universitária, proporcionando reflexões em torno das juventudes na intersecção com raça, gênero e sexualidade, bem como com as temáticas de participação, trabalho e tecnologias da informação e comunicação (TICs). O seminário também expressou a importância da indissociabilidade entre extensão, ensino e pesquisa nas ações do Observatório da Juventude¹⁰. Nele, foram apresentadas e discutidas as pesquisas de Luiza Silva, Jéssica Aguiar e Aline Ferreira.

Além desse importante evento, o pesquisador João Paulo Silva também participou do curso, discutindo com a turma sua pesquisa de mestrado intitulada: “Infâncias queer nos entre-lugares de um currículo: a invenção de modos de vida transviados”. Nessa atividade, a turma leu os relatórios de pesquisa e discutiu com as pesquisadoras e o pesquisador o

⁹ “O Programa Observatório da Juventude (OJ) é uma ação de extensão, ensino e pesquisa inserido na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. O Programa teve início em 2002, situa-se no contexto das políticas de ações afirmativas da UFMG, apresentando uma proposta de extensão articulada com ações de pesquisa e ensino em torno da temática educação, cultura e juventudes. Orienta-se por quatro eixos centrais, que delimitam sua ação: a condição juvenil; as políticas públicas e ações sociais; as práticas culturais e ações coletivas da juventude na cidade e a construção de metodologias de trabalho com/para jovens e formação de educadores/as de jovens. [...] O Observatório tem desenvolvido, ainda, atividades de investigação, levantamento e disseminação de informações sobre a situação dos/as jovens no Brasil, por meio de pesquisas nacionais, integrando uma rede de pesquisadores/as da temática, e também em âmbito regional e local, por meio de investigações dos/as educadores/as e de seus/suas orientandos de mestrado e doutorado”. Disponível em: <https://observatoriodajuventude.ufmg.br/observatorio-da-juventude-2/>. Acesso em: 04 abr. 2022.

¹⁰ Maiores informações sobre o Seminário podem acessadas na página do Observatório da Juventude. Disponível em: <https://www.facebook.com/events/111197656482125/permalink/111198289815395/> Acesso em: 08 mai. 2020.

trabalho investigativo realizado, desde a metodologia empregada, os desafios enfrentados até os resultados obtidos.

Sob inspiração dessas pesquisas e em articulação com as provocações do memorial, a partir do qual cada estudante formulou uma questão de pesquisa, na ATIVIDADE 3, foi solicitado que se desenvolvesse uma pesquisa bibliográfica sobre a temática de gênero, sexualidade e currículo. Foi proposta a sistematização de uma pergunta de pesquisa, a qual pudesse ser respondida por um material bibliográfico específico. Para tal, as/os estudantes foram orientadas/os em sala de aula sobre como formular uma questão de pesquisa, quais os critérios científicos a serem observados, como respondê-la, como analisar os dados obtidos etc. Feito isso, a/o estudante deveria registrar rigorosamente a metodologia utilizada, bem como os resultados alcançados. Tais registros compuseram o Portfólio digital e também foram compartilhados em sala de aula.

Por fim, como ATIVIDADE 4, foi demandado que cada estudante realizasse uma análise crítica dos trabalhos desenvolvidos, registrando no Portfólio tais reflexões. Para tal, era preciso analisar o percurso desenvolvido durante o curso, as interações estabelecidas, as aprendizagens construídas, as articulações realizadas, os desafios enfrentados em um processo denso de avaliação, sistematização e registro do vivido. Nessa atividade era exigido ainda que cada estudante pensasse sobre as articulações possíveis entre todos os trabalhos realizados ao longo do curso.

Durante todo o processo formativo, as atividades eram sempre compartilhadas, discutidas coletivamente, analisadas em suas potencialidades e também em seus limites. Todo o trabalho foi alicerçado em uma perspectiva de horizontalidade das relações e aprendizagem mútua, em uma autêntica rede colaborativa. Como um dos objetivos desse projeto era dar ampla divulgação das possibilidades formativas de um currículo que inclui as questões de gênero e sexualidade, todos os Portfólios digitais foram disponibilizados no blog da professora da disciplina¹¹, na aba “Gêneros e sexualidades nos currículos”. Os Portfólios foram confeccionados utilizando-se diversificadas ferramentas eletrônicas como sites na plataforma wix, tumblr, prezi, livro digital, drives etc. Com isso, pretendeu-se também propiciar que as experiências formativas vivenciadas no curso pudessem ser amplamente conhecidas. A proposta constituiu-se, assim, em uma estratégia política de dar visibilidade às temáticas de gênero e sexualidade, enfrentando, com isso, as nefastas tentativas de que elas sejam excluídas dos currículos escolares.

¹¹ Disponível em: <https://professorashirleisales.wordpress.com/> Acesso em: 12 mar. 2021.

5 RESULTADOS: AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE APRENDIZAGEM

A proposta da avaliação foi organizada em torno da reflexão permanente acerca de todas as atividades e do processo formativo. Isso foi provocado por meio de questões apresentadas regularmente pela professora à turma, por debates oriundos dessas provocações e, principalmente, pelos registros no Portfólio digital. Todo o processo desenvolvido no curso foi, portanto, alvo de análise constante acerca da produtividade e também da assertividade dos trabalhos desenvolvidos. Isso permitiu que as práticas curriculares fossem ajustadas a partir das colocações das/os alunas/os, o que, por consequência, levou a um aprimoramento do planejamento curricular. A perspectiva da reflexividade permanente foi adotada de modo a implicar todos os sujeitos com a construção coletiva do curso. Desse modo, as/os alunas/os puderam participar ativamente das decisões curriculares e de sua avaliação. Esse procedimento metodológico teve como efeito a consistente adesão da turma à realização das atividades. O engajamento de todas/os foi vivido de modo intenso. Uma aluna sistematizou assim sua experiência com o curso: *“A gente relaxa e fica genuinamente interessada no que está acontecendo”*.

Em termos de formalização e sistematização da avaliação, foram desenvolvidos quatro formulários eletrônicos na plataforma *Google*, com respectivos links disponibilizados via *Moodle*. Todos os formulários eram compostos de questões de autoavaliação, sobre o comprometimento com as atividades, bem como sobre a aprendizagem de cada estudante. Cada formulário avaliava cada uma das quatro atividades que compunham o portfólio digital no valor de 25 pontos. Todas as atividades tiveram, portanto, o mesmo peso em termos de nota. As quatro, juntas, totalizaram os 100 pontos distribuídos em cada semestre.

Nos três primeiros formulários, a autoavaliação foi dirigida às atividades um, dois e três do portfólio: 1) Memorial; 2) Planejamento curricular com o uso de um artefato cultural; 3) Questão de pesquisa. a autoavaliação, cada estudante deveria atribuir uma nota de zero a cinco pontos para cada um dos seguintes quesitos:

- 1) Meu trabalho está completo?
- 2) Meu trabalho está correto?
- 3) Li todos os materiais preparatórios?
- 4) Entreguei pontualmente na data combinada?
- 5) Minha apresentação foi adequada?

Além dessas perguntas, foram elaboradas as seguintes questões abertas para respostas descritivas: Apresentei dificuldades durante a elaboração do trabalho? Se a resposta ao item anterior foi "sim", quais foram as dificuldades? Registre suas observações, sugestões e críticas.

O último formulário consistiu em uma autoavaliação de todo o processo vivido e do desenvolvimento do curso. Era voltada para a atividade 4 que consistiu na síntese de todo o trabalho. Nessa autoavaliação, cada estudante deveria atribuir uma nota de zero a cinco pontos para cada um dos seguintes quesitos:

- 1) Aprendi com os textos escolhidos?
- 2) Aprendi com as metodologias didáticas?
- 3) Aprendi ao elaborar o memorial?
- 4) Aprendi ao planejar uma atividade curricular com um artefato cultural?
- 5) Aprendi ao fazer a pesquisa?
- 6) Aprendi com a elaboração final do portfólio?¹²

Nesse formulário final, as questões descritivas foram:

- Descreva detalhadamente a sua experiência nessa disciplina
- Quais sugestões você daria para o aprimoramento da disciplina?
- Quais sugestões você daria para o aprimoramento das atividades avaliativas?

De modo geral, as respostas indicaram pleno sucesso do curso e uma aprendizagem significativa, com registros bastante satisfatórios do tipo: *“Sem dúvidas, foi uma das melhores disciplinas que fiz durante minha formação e sei que ela será essencial para minha atuação profissional e pessoal em nossa sociedade”*; *“Gostei do curso, é inegável que aprendi bastante”*; *“Foi super rico e prazeroso”*; *“Penso em sugestões, mas a única que vem a minha cabeça é: repetir... foi perfeito”*; *“Uma disciplina de contribuições imensuráveis. Ela aborda questões que conservadores extremistas buscam silenciar”*.

Muitas descrições destacaram o quanto a disciplina ampliou os conhecimentos iniciais: *“Abriu a mente pra um trilhão de novas visões”*; *“Gostei de fazer por abrir minha cabeça de como é possível trabalhar com gênero e sexualidade em qualquer idade do educando”*; *“Pensei que a disciplina iria somente frisar aquilo que eu já sabia, não imaginei que esses temas eram tão amplos. Diante disso, posso dizer que a cada aula que presenciei foi um choque para mim, pois, em cada uma delas, eu aprendia algo novo acerca desses temas”*. Sobre o que foi aprendido, destaco os seguintes registros: *“Na disciplina aprendi que: quando se reivindica, então, a noção de ‘igualdade de gênero’ na educação, a demanda é por um sistema escolar inclusivo, que crie ações específicas de combate às discriminações e que não contribua para a reprodução das desigualdades que persistem em nossa sociedade. Falar em uma educação que promova a igualdade de gênero, entretanto, não significa anular as*

¹² Como foram 6 questões, totalizando 30 pontos, foi necessário fazer uma regra de três para equalizar a distribuição dos 25 pontos finais, mantendo a mesma nota para cada atividade.

diferenças percebidas entre as pessoas (o que tem sido amplamente distorcido nas redes sociais), mas garantir um espaço democrático onde tais diferenças não se desdobrem em desigualdades. Estudar gênero é exigir que o direito à educação seja garantido a qualquer cidadã ou cidadão brasileira/o e, para isso, políticas de combate às desigualdades de gênero precisam ser implementadas”; “Essa disciplina foi de fortes emoções. Com ela, não aprendi só sobre do que se trata dos temas gênero e sexualidade, mas aprendi a ser mais crítica, mais forte, mais determinada para enfrentar a opressão que mulheres, negras (os), LGBTQIA+ sofrem todos os dias. Com essa disciplina, aprendi que, mesmo diante de um caos político, nós podemos, sim, nos unir em prol de uma boa causa, que, mesmo inseridas em uma sociedade extremamente preconceituosa e discriminatória, nós podemos, sim, fazer mudanças e devemos mudar, nem que seja nos pequenos atos, como mudar a letra de uma música machista, desconstruir falar opressoras, mostrar para as crianças que elas podem brincar com o que quiserem brincar, usarem as cores que quiserem usar. Aprendi que não podemos nos calar e, para isso, devemos estudar bastante para construirmos bons argumentos a fim de deslegitimar o discurso de ódio que está sempre à solta em nossa sociedade”.

Diante de tanta riqueza, muitas/os alunas/os sugeriram que a disciplina fosse obrigatória. No entanto, algumas dificuldades também foram relatadas: “Mesmo a elaboração de um simples portfólio exigiu uma reflexão, não foi o fazer pelo fazer, algum conteúdo com significância precisava ser formulado”. O memorial, por exemplo, foi uma das atividades que suscitou sentimentos difíceis de lidar: “Ao trabalhar o memorial tive contato com questões profundas de minhas vivências que me causavam desconforto”; “Requer rever memórias que algumas vezes são dolorosas”.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS: AUTOAVALIAÇÃO DA PROFESSORA FORMADORA

Esse projeto formativo teve efeitos consideráveis em minha própria formação como professora, pesquisadora, ativista, mãe e mulher. Foi imensamente prazeroso aprender com as turmas. Foram inúmeras sensações compartilhadas. Muitos relatos surpreendentes. Alguns bastante tristes e até indignantes, outros leves, alegres e, por vezes, engraçados. A reflexão permanente exigiu de mim um esforço constante de escuta atenta, observação acurada e registro estruturado das práticas curriculares desenvolvidas. O presente artigo é parte integrante desse esforço de sistematização. O processo analítico demandou muita flexibilidade para que fosse atendendo às demandas apresentadas ao longo do percurso. Um exemplo disso foi a incorporação do estudo sistematizado das especificidades do feminismo negro e do feminismo islâmico, feita a partir da solicitação da turma. Tudo foi realizado com muita responsabilidade e com consistente embasamento teórico. Das contingências enfrentadas, uma foi justamente todos os embates políticos em torno das eleições presidenciais de 2018. O pleito daquele ano, com uma campanha bastante controversa,

trouxe ainda os desafios de um artifício ainda novo entre nós: a disseminação eletrônica de *fake news*. Muitas dessas notícias falsas estavam baseadas justamente nas distorções das questões que envolvem gênero e sexualidade nas escolas. Isso exigiu de nós uma análise criteriosa de do processo em curso. Somado a isso, todo o movimento contrário à eleição de Bolsonaro, articulado em torno da convocação #EleNão, trouxe para o currículo vivido uma série de demandas não planejadas previamente. A flexibilização do plano de curso para a inclusão desses debates em sala de aula foi um ponto muito bem avaliado pelas/os cursistas.

É preciso ressaltar que o curso foi desenvolvido presencialmente e privilegiou o uso de elementos da cibercultura. Se, por um lado, a ciborguização das práticas curriculares do curso favoreceu o engajamento das/os estudantes, por outro lado, adicionou uma carga considerável de desafios. Embora a turma, de modo geral, se mostrasse bastante interessada e desenvolva com o uso das tecnologias digitais em sala de aula, muitas vezes, as limitações de infraestrutura da universidade dificultaram e tensionaram a realização dos trabalhos previamente planejados. Enfrentamos as situações mais variadas, desde equipamentos estragados, internet deficiente e/ou instável, falta da devida manutenção etc. Tudo isso, por vezes, interferia negativamente no clima construído com a turma em torno das relações de ensino e aprendizagem. As dificuldades com o uso dessas ferramentas que nem sempre estavam em perfeito estado de utilização geravam uma certa impaciência e frustração. Era preciso tentar lidar com aquelas situações embaraçosas de modo bem-humorado, solicitando à turma uma dose extra de paciência.

Outra questão que deve ser objeto de análise é o fato de a disciplina ofertada ser optativa. Com esse status, ela não foi cursada por todas/os as/os licenciandas/os. Sendo assim, apenas uma parte das/os professoras/es em formação inicial teve acesso aos conteúdos tratados. Isso pode ter efeito nos currículos da educação básica. Sem a garantia desse tipo de formação no curso de graduação, as/os futuras/os docentes, eventualmente, podem ter dificuldades em incorporar essas importantes temáticas nos planejamentos de suas aulas. Isso seria uma lástima diante das persistentes violências e desigualdades em nosso país. É preciso ressaltar, no entanto, que, ao menos no curso de Pedagogia, essas temáticas acabam perpassando outras disciplinas obrigatórias, como, por exemplo, Teorias de Currículo; Escola e Diversidade: Interfaces Políticas e Sociais e Sociologia da Educação. Todas/os as/os pedagogas/os em formação têm, portanto, garantida, no currículo do curso, a discussão dessas temáticas.

Por tudo isso, chegamos à conclusão de que o trabalho foi árduo, por vezes exaustivo, mas extremamente satisfatório. Foi bastante gratificante observar a aprendizagem sendo construída, os vínculos se estabelecerem. A afetividade e a alegria foram importantes elementos a comporem os trabalhos. Isso nos mobilizou para ações concretas em nosso

cotidiano. Afinal, concordo com Fernando Yonezawa e Fábio Silva, quando afirmam, inspirados em Deleuze, que

o afeto de alegria é uma potência e, como tal, consiste numa quantidade de realidade e, mais profundamente, no aumento da capacidade de agir. Potencializar é aumentar a capacidade de agir: não é apenas sentir alegria na sua forma psicológica, mas aumentar a ação do corpo e a quantidade de realidade com que ele pode se relacionar e conhecer (YONEZAWA; SILVA, 2020, p. 6).

Todavia, houve também momentos bastante tensos. Não raro, havia posicionamentos divergentes entre as/os alunas/os. Outras vezes havia discordância do que eu apresentava ou pontuava. Isso por vezes me angustiava. Em alguns momentos, fiquei insegura acerca dos efeitos da discussão travada. Afinal, os temas tratados no curso envolvem questões delicadas ou, até mesmo, constrangedoras. Além disso, muitas discussões que surgiram eram completamente inesperadas, extrapolavam o que havia sido previsto no planejamento curricular, provocando um certo receio diante do desconhecido. “Essas sensações ensinaram na prática o que a teoria insiste em argumentar: a relação professor/a-aluna/o é necessariamente uma relação horizontal de aprendizagem mútua” (SALES; LEAL, 2018, p. 21).

Em uma sociedade ainda injusta e desigual, cotidianamente foram compartilhados relatos de abusos dos mais variados tipos, violências cruéis, assédios cotidianos, discriminações de toda espécie, sofrimentos intensos, situações mesmo dramáticas. Um exemplo bastante marcante disso foi o relato de um aluno de 19 anos, em pleno 2018, expulso de casa pelo pai que não aceitou sua homossexualidade. O aluno compartilhou a carta escrita pelo pai com uma lista de exigências, baseadas na heteronormatividade, de correção de conduta do filho para que mantivesse essa condição. Esse mesmo jovem foi agredido na rua, no caminho para a universidade, na segunda-feira após o resultado do primeiro turno das eleições presidenciais. Os agressores o fizeram “em nome de Bolsonaro”. A esses tristes relatos se somam outros tantos de estupro, abuso na infância, assédios de todos os tipos, abandono, traumas etc. Enfim, vivi momentos de muita sobrecarga emocional.

Felizmente, conseguimos construir relações bastante respeitadas. As tensões e as divergências foram vividas de modo igualmente respeitoso. Houve espaço para que as diferenças pudessem ser discutidas, debatidas, refletidas. Nem sempre foi possível construir um consenso diante de certos impasses. Mas o diálogo foi garantido e isso foi bastante formativo para todas/os.

A despeito das discordâncias por vezes vividas, é preciso registrar ainda os fortes laços afetivos e de parceria estabelecidos. Eles foram um bônus nas duas edições do curso. Havia muita solidariedade, muita empatia e compreensão em sala de aula. O clima foi prevalentemente amistoso, cuidadoso e afetuoso. Alguns ditos em sala, registrados em um

momento de avaliação do curso, comprovam essa análise: *“Foi um espaço para compartilhar vivências, algumas bem íntimas. Formamos uma rede de fortalecimento para conseguir ter argumentos”*. Por tudo isso, estou convicta de essa experiência formativa, que desejo ver multiplicada, produziu intensas alegrias. Ela ainda me aprimorou e me fortaleceu como docente, como pesquisadora e como mulher.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Jéssica S. **Existo porque resisto: práticas de re-existência de jovens mulheres aprendizes frente às assimetrias de gênero**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-AQXGNX> Acesso em: 12 jan. 2021.

BENEVIDES, Bruna G. (org.). **Dossiê assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021**. Brasília: Distrito Drag, ANTRA, 2022. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2022/01/dossieantra2022-web.pdf> Acesso em: 03 abr. 2022.

BRASIL. MEC. CNE. CP. **Diretrizes curriculares nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação)**. Resolução nº 2, de 20 de dezembro de 2019.

BRITZMAN, Deborah P. O que é essa coisa chamada amor - identidade homossexual, educação e currículo. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 21, n. 1, p.71-96, jan./jun. 1996. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71644/40637> Acesso em: 12 jan. 2021.

BUTLER, Judith. Regulações de gênero. **Cadernos Pagu**, n.42, p. 249-274, jan./jun.2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/Tp6v8yvvGcpfdbzYmrc4cZs/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 12 jan. 2021.

COTTA, Rosângela M. M.; COSTA, Glauce D. Instrumento de avaliação e autoavaliação do portfólio reflexivo: uma construção teórico-conceitual. **Interface** (Botucatu), nº 56, p. 171-83, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/mr335VVhsVRhSRbjmN6pJZM/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 12 jan. 2021.

DAL’IGNA, Maria Cláudia; KLEIN, Carin; MEYER, Dagmar E. Generificação das práticas curriculares: uma abordagem feminista pós-estruturalista. **Currículo sem Fronteiras**, v. 16, n. 3, p. 468-487, set./dez. 2016. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol16iss3articles/daligna-klein-meyer.pdf> Acesso em: 12. mar. 2021.

- DUARTE, Adriana. M. C.; REIS, Juliana. B.; CORREA, Licínia M.; SALES, Shirlei R. A contrarreforma do Ensino Médio e as perdas de direitos sociais no Brasil. **Roteiro**, v. 45, p. 1-26, 4 jun. 2020. Disponível em: <https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/22528> . Acesso em: 12 mar. 2021.
- FARIA, Izaque M.; GOMES, Larissa F. R. Planejamento docente como produção de possíveis: re-existência na/pela docência. **Revista Teias**. v. 21, n. 63, p. 95-109, out./dez. 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/54015/36124> Acesso em: 04 abr. 2022.
- FERREIRA, Aline G. **#CurrículoEmConexãoComAcibercultura**: a sociabilidade ciborgue e as juventudes no ensino médio. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-AQQJXT> Acesso em: 12 jan. 2021.
- GIOVANNETTI, Carolina; SALES, Shirlei R. Histórias das mulheres na BNCC do Ensino Médio: o silêncio que persiste. **Revista Eletrônica História em Reflexão**, v. 14, n. 27, p. 251–277, 2020. DOI: 10.30612/rehr.v14i27.12182. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/view/12182> . Acesso em: 12 mar. 2021.
- LEWIS, Elizabeth S. Teoria(s) Queer e performatividade: mudança social na matriz heteronormativa. . In: MACEDO, Elizabeth; RANNIERY, Thiago. (org.). **Currículo, sexualidade e ação docente**. Petrópolis, RJ: DPet Alli, 2017, p. 157-186.
- LOURO, Guacira L. **Flor de açafreão**: takes, cuts, close-ups. Belo Horizonte: Autêntica/Argos, 2017.
- MACEDO, Elizabeth. Repolitar o social e tomar de volta a liberdade. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 34, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982018000100302&lng=pt&nrm=iso . Acesso em: 12 mar. 2021.
- MACEDO, Elizabeth; RANNIERY, Thiago. (org.). **Currículo, sexualidade e ação docente**. Petrópolis, RJ: DPet Alli, 2017.
- MARTINS, Maria Cristina. “E a bela dançou...”: subvertendo o belo feminino dos contos de fadas. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 24(1): 351-363, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ref/v24n1/1805-9584-ref-24-01-00351.pdf> Acesso em 12 mar. 2021.
- PARAÍSO, Marlucy A.; CALDEIRA, Maria Carolina S. (org.). **Pesquisas sobre currículos, gêneros e sexualidades**. Belo Horizonte: Mazza, 2018.

PARAÍSO, Marlucy A. A ciranda do currículo com gênero, poder e resistência. **Currículo sem Fronteiras**, v.16, n. 3, p. 388-415, set./dez. 2016. Disponível em: <https://www.curriculosemfronteiras.org/vol16iss3articles/paraiso.pdf> Acesso em: 12 mar. 2021.

SALAMERO, Nunila L. **A cinderela mudou de ideia**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2010.

SALES, Shirlei R. Tecnologias digitais e juventude ciborgue: alguns desafios para o currículo do ensino médio. In: DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo; MAIA, Carla L. (org.). **Juventude e ensino médio**: sujeitos e currículos em diálogo. Belo Horizonte: UFMG, 2014, v. 1, p. 229-248. Disponível em: <https://observatoriodajuventude.ufmg.br/livros-links-artigos-2/> Acesso em: 12 mar. 2021.

SALES, Shirlei. R.; LEAL, Rafaela. E. G. Práticas pedagógicas inovadoras na formação docente: ciborguização do currículo do curso de pedagogia. **Revista Internacional de Educação Superior**, v. 4, n. 1, p. 7-24, jan./abr. 2018. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8650710/16878>. Acesso em: 12 mar. 2021.

SALES, Shirlei R; WILLIS, Arlette I. Gender and sexuality in the official high school curriculum: Initial considerations on Brazil and the U.S.A. In: Global Education Symposium, Urbana-Champaign. **Ideals**. Urbana-Champaign: Office of International Programs. College of Education. University of Illinois at Urbana-Champaign. 2020. Disponível em: <http://hdl.handle.net/2142/106066> Acesso em: 12 mar. 2021.

SILVA João P. L. **Infâncias queer nos entre-lugares de um currículo**: a invenção de modos de vida transviados. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-B5THZ5> Acesso em: 12 jan. 2021.

SILVA, Luiza C. S. **Currículo da nudez**: relações de poder-saber na produção de sexualidade e gênero nas práticas ciberculturais de nude selfie. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-B26MBS> Acesso em: 12 jan. 2021.

SILVA, Tomaz T. **O currículo como fetiche**: a poética e a política do texto curricular. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

SILVEIRA, Luiz G. **O gênero na construção de oportunidades de aprendizagem de ciências ao longo do tempo**: um estudo nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2018.

VASCONCELOS, Maria B.; FERREIRA, Paula M.; CALDEIRA, Maria C.; SALES, Shirlei R. Contos de fadas contemporâneos e roteiros performáticos de gênero. **Revista Espaço do Currículo**, v. 13, n. 3, p. 389-407, 19 out. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/view/54226> Acesso em: 12 mar. 2021.

YONEZAWA, Fernando; SILVA, Fabio H. Produzindo educação ética com Deleuze em escola municipal de EJA. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v. 32, e175161, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/NMgrsQs9yBRs5ttgQTS6sLh/?lang=pt> Acesso em: 12 mar. 2021.

Revisão gramatical realizada por: Mariângela Tostes Innocêncio

Email: mariinno@yahoo.com.br